

LIVRO DIDÁTICO: Instrumento de qual educação, emancipada ou doutrinada?

DINIZ, Nathália Cecília Ferreira¹
PEIXOTO, José Adelson Lopes²
MENDONÇA, Vinícius Alves de³

RESUMO: Este trabalho visa refletir sobre a elaboração de políticas públicas voltadas ao livro didático no Brasil, como o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A metodologia adotada foi inteiramente bibliográfica com o apoio teórico de autores de obras com objetivos semelhantes como, Copatti (2021), Mello e Rocha (2020), Caimi e Oliveira (2021), Mazzi e Silva (2022), Almeida e Miranda (2020). Buscamos alertar sobre os interesses mercadológicos por parte de grupos editoriais, a ação o Estado em promover suas ideologias nesse instrumento tão valioso e a tentativa de desvalorização do senso crítico com um novo modelo de material didático que comprime disciplinas de Ciências Humanas em um único livro. Por fim, o debate aponta a necessidade de repensar as políticas públicas educacionais e a importância do professor diante desse cenário para promover uma educação emancipadora.

PALAVRAS-CHAVE: Material Didático; Interesses Mercadológicos; Políticas Públicas.

1 INTRODUÇÃO

Segundo Mello e Rocha (2020), desde a Antiguidade, Platão utilizava materiais semelhantes ao livro didático em sua academia. Graças à prensa de Gutemberg, a popularização do material impresso culminou também na revolução no aspecto educacional. No livro *Didactica Magna*, publicado no século XVII, Iohannis Comenius já defendia a ideia de existir livros exclusivos para alunos e professores, obtendo o necessário para o aprendizado e o ensinamento.

¹ Graduanda em licenciatura em História pela Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, Campus III. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, UNEAL, campus III Palmeira dos Índios, nathalia.diniz.2022@alunos.uneal.edu.br

² Doutor em Ciências da Religião pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Professor Titular de História da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, Campus III. Coordenador do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

³ Mestre em História pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Professor da Secretaria de Estado da Educação de Alagoas – SEDUC/AL. Supervisor do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).



No Brasil, o processo de implementação de um material impresso voltado para o ensino se deu a partir do período colonial, com o uso de manuais catequéticos pelos jesuítas, para a educação de indígenas e colonos portugueses. Posteriormente, durante o Império, com a fundação das primeiras escolas públicas do país, é que o livro didático similar ao que se conhece hoje chegou ao território nacional, como citado na matéria informativa do site e-docente intitulada “Livro didático: tudo sobre este recurso didático”.

Desde então os materiais didáticos, no processo educacional do Brasil sofreram diversas alterações, que serão expostas posteriormente no corpo deste trabalho. Uma das recentes mudanças em relação aos livros didáticos ocorreu em 2017 com o sancionamento da lei 13.415, a qual trata da reforma do Ensino Médio, traz modificações no currículo desta etapa da Educação Básica. No Novo Ensino Médio (NEM), houve uma reorganização da matriz curricular, anteriormente composta por disciplinas individuais, como Língua Portuguesa, Matemática, Biologia, etc., que atualmente foram agrupadas em áreas temáticas: Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Linguagens e suas Tecnologias, e matemática e suas Tecnologias. Essa mudança exigiu adaptações nos materiais didáticos

2 METODOLOGIA

Este trabalho descreve o funcionamento das políticas públicas que tratam da distribuição de materiais didáticos, analisa o novo formato dos livros de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, alertando os riscos dessa proposta atual e sua relação com os interesses econômicos e políticos que beneficiam editoras e, de certa maneira, o sistema. A metodologia para o desenvolvimento do projeto é inteiramente bibliográfica em pesquisas elaboradas com o apoio do Google Acadêmico. Uma vez que, na experiência com o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), na Escola Estadual Almeida Cavalcanti, situada no município de Palmeira dos Índios-AL, não era comum o uso do livro didático de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Em razão da não obrigatoriedade desta prática, pois a utilização do material é como uma ferramenta de auxílio pedagógico. O que possibilita ao

professor, usufruir de outros métodos para enriquecer o ensino e facilitar sua prática na sala de aula.

O conteúdo da escrita ancora-se no artigo de Copatti (2021) que trata a relação entre a PNLD e o mercado editorial, a influência das editoras e o papel das escolas na escolha dos livros. Mello e Rocha (2020) discutem sobre a finalidade econômica com a implementação de livros digitais, retratando a história do material didático. Caimi e Oliveira (2021) analisam as competências da BNCC e o PNLD, ressaltando a importância de que tais habilidades necessitam estar de acordo com o contexto escolar. Os escritos de Mazzi e Silva (2022) tratam de como o ensino das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas é afetado com a mudança da BNCC no NEM. Seguindo o raciocínio sobre os interesses de mercado e do Estado para com a educação e a maneira como é tratado o currículo de História pela BNCC, o resumo tem como referencial teórico o trabalho de Almeida e Miranda (2020). Todo o conteúdo absorvido com a leitura das obras citadas, resultou na melhor compreensão do tema abordado e no desenvolvimento do trabalho.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em 1929, surgiu o Instituto Nacional do Livro (INL), órgão vinculado ao Ministério da Cultura que desenvolvia políticas públicas de incentivo à leitura, à literatura e a formação de bibliotecas públicas e comunitárias e começou a exercer serviços educacionais após cinco anos e só em 1938 o livro didático passou a ser incluído nas atividades do INL. Porém, a distribuição dos livros semelhantes aos atuais foi efetuada somente em 1976 pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, vinculado ao Ministério da Educação, responsável pelo financiamento de políticas públicas dos programas educacionais, como apresentado por Echalar, Pinheiro e Queiroz (2021).

O PNLD chegou em 1985 inovando e modificando a produção e distribuição gratuita dos materiais para as escolas públicas de educação básica do país. O PNLD seleciona os livros submetidos pelas editoras, as obras contam com a avaliação dos docentes para que atendam as demandas da realidade escolar e após 2017 a escolha se dar também com influência da BNCC. A BNCC tem o objetivo de definir um currículo democrático para todo o Brasil, estabelecendo dez competências

gerais, habilidades e conteúdo que irão ser trabalhados em cada série de educação básica. Com o intuito de "afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza" (BRASIL, 2013, p. 50).

Sobre livros didáticos, os grupos editoriais, mesmo seguindo os editais do PNLD, não anulam a relação de seus interesses econômicos, que concebem a educação como mercadoria. Almeida e Miranda (2020, p. 25-6) trazem pontos importantes a serem discutidos em seu artigo sobre essa questão:

O segmento dos livros didáticos é aberto à força amplificada do mercado e dos grupos empresariais e capital voltado a ações no âmbito da Educação; [...] Abre-se o programa à aquisição de materiais didáticos diversos, para além do livro didático, com especial destaque às apostilas que movimentam um mercado paralelo de alta rentabilidade para o setor privado; [...] Flexibilizam-se notadamente medidas voltadas ao desempenho financeiro das editoras, com ênfase ações de retificação que, historicamente, pautaram medidas de enfrentamento e resistência no âmbito do MEC e de Comissões Técnica.

A abertura desse segmento ao mercado e aos grupos empresariais levanta questões sobre a priorização do lucro em detrimento da qualidade educacional. A ênfase nas apostilas, produzidas por empresas privadas visando alta rentabilidade, destaca a comercialização da educação, na qual o conteúdo pode ser moldado para atender interesses comerciais em vez de necessidades pedagógicas reais. Isso pode comprometer a pluralidade de perspectivas e a objetividade do ensino, favorecendo visões unilaterais ou simplificadas em prol do lucro. A educação, que deveria ser um bem público, acaba sendo submetida aos interesses do mercado, o que levanta preocupações sobre a equidade e a qualidade do ensino oferecido.

O manual educacional também representa uma ferramenta de grande influência utilizada pelo Estado com o intuito de promover suas ideologias na formação de uma consciência nacional. Um exemplo simples é o fato de termos aprendido desde a alfabetização que o Brasil foi "descoberto" por Pedro Álvares Cabral, uma História contada a partir de uma visão eurocêntrica que exclui os povos que tradicionalmente habitavam o território desde tempos imemoriais; pior ainda é perceber que esta narrativa se perpetua. Nesse contexto, o material didático engloba uma série de componentes que demandam análise tanto como recurso pedagógico quanto como instrumento de implementação de políticas públicas.

O mais preocupante no formato e organização de disciplinas que surgiram com o NEM é a redução na carga horária de disciplinas como História, Sociologia e

Filosofia necessárias para a formação crítica e que trazem, no seu bojo, a reflexão e o inquietamento do indivíduo com o sistema, pois os conteúdos e discussões estão compilados e resumidos em um único livro. O que pode resultar na pouca ou nenhuma contemplação de determinados assuntos.

Considerando o contexto e as condições impostas e disponíveis no sistema educacional vigente, um dos importantes papéis do professor é utilizar o livro didático de forma cautelosa, analisando se há conteúdos doutrinadores e selecionando os que melhor atendem às necessidades, o docente também pode optar por outros métodos que auxiliem no ensino da disciplina, a exemplo, destacamos nossa observação sobre como um dos professores de História, da Escola Estadual Almeida Cavalcanti, ministra suas aulas de maneira dinâmica, com debate e conversação entre os alunos.

Quando Paulo Freire citou que "A educação como prática da liberdade, ao contrário daquela que é a prática da dominação, implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim como a negação do mundo como uma realidade ausente dos homens" (1975, p. 81), destacou a educação como um processo libertador, que além da transmissão do conhecimento, também conscientize o indivíduo sobre a sua realidade. Freire se opõe à ideia de um homem desligado do seu contexto social, e ressalta a necessidade de uma educação que apresente ao educando a possibilidade de uma transformação social.

Essa pedagogia libertadora se torna mais complicada com a interferência do sistema, que além de se aproveitar de instrumentos como o livro didático para a manipulação de suas ideologias, ainda nos deparamos com a reforma do Ensino Médio e a utilização de um único livro para trabalhar quatro disciplinas em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. O que conseqüentemente finda por reduzir distorções em conteúdos importantes para o desenvolvimento do senso crítico do aluno o prejudicando nesse quesito, pelo fato de não terem um aparato mais extenso de disciplinas como História. Privando os discentes de um conhecimento mais aprofundado e contextualizado, essencial para uma compreensão crítica da sociedade e da história humana. Essa abordagem limitada reforça a hegemonia de determinadas narrativas e dificulta a formação de indivíduos verdadeiramente críticos e engajados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a evolução histórica do livro didático e seu papel no cenário educacional brasileiro, torna-se evidente a importância dessa ferramenta na promoção do ensino e da aprendizagem ao longo dos séculos. No entanto, a recente reforma do Ensino Médio e as mudanças na estrutura curricular, especialmente no que diz respeito à organização dos materiais didáticos, levantam questões significativas sobre a eficácia do atual processo educacional. A concentração de disciplinas como História, Sociologia e Filosofia em um único livro para Ciências Humanas e Sociais Aplicadas representa um desafio para a formação de alunos críticos e conscientes, privando-os de uma compreensão mais profunda e contextualizada do mundo ao seu redor.

A relação entre as políticas educacionais, o mercado editorial e os interesses políticos e econômicos tornam-se ainda mais evidentes diante dessas mudanças. A ênfase no material didático produzido por empresas privadas ressalta a comercialização da educação e a priorização do lucro em detrimento da qualidade educacional. Tal realidade semeia preocupações legítimas sobre a equidade no acesso ao conhecimento, questionando o papel do Estado na garantia de uma educação democrática e de qualidade.

Diante desse contexto, torna-se essencial repensar as políticas públicas educacionais, promovendo uma abordagem mais crítica e reflexiva sobre o papel do livro didático e sua influência no processo de ensino e aprendizagem. Contando também com o melhor preparo do docente em sala de aula, para que consiga lidar com a nova realidade da educação brasileira, que haja a consciência de que ele não precise ser refém do livro didático.

Enquanto a educação for utilizada como mercadoria e instrumento para disseminar ideologias, o fardo imputado ao professor como “herói” ou salvador da sociedade, apenas aumentará diante de uma realidade cuja proposta mais prática e imediata que solucione ou que diminua os danos causados por um ensino deficiente. O ideal é que haja a intervenção e participação ativa e decisiva do docente, na escolha, no uso ou na abdicação do livro em suas turmas, como foi observado na experiência do PIBID.

É fundamental garantir a diversidade de materiais didáticos, a valorização de diferentes perspectivas e a promoção do pensamento crítico e da consciência social entre os alunos. Somente assim será possível construir uma educação verdadeiramente libertadora, que não apenas transmita conhecimento, mas, que também estimule o questionamento, a reflexão e a transformação da sociedade para uma realidade mais justa e igualitária.

5 AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por financiar o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID/UNEAL).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. R. de; MIRANDA, S. R. Passado, presente e futuro dos livros didáticos de história frente a um BNCC sem futuro. **Revista Escritas do Tempo** – v. 2, n. 5, 2020–p. 10-38. Disponível em: <https://periodicos.unifesspa.edu.br/index.php/escritasdotempo/article/view/1364>. Acesso em: 28 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 4, de 17 de dezembro de 2018**. Dispõe da Base Nacional Comum Curricular na etapa do Ensino Médio. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017**. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e Material Didático. 2017.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Caderno de Educação em Direitos Humanos**. Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais. Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013.

CAIMI, F. E; OLIVEIRA, S. R. F. De. Vitória da tradição ou resistência da inovação: o Ensino de História entre a BNCC, o PNLD e a Escola. **Educar em Revista** - v. 37, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/sTMcykZgTNYBcFYn7f3L94C/>. Acesso em: 28 fev. 2024.

COMENIUS, I. A. **Didática magna**. Ebooks Brasil, 2001. 595p. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/didaticamagna.pdf>



COPATTI, C; ANDREIS, A. M; ZUANAZZI, L. C. C. Olhares ao Programa Nacional do Livro e do Material Didático: Relações entre estado, mercado editorial e os livros didáticos na escola. **Perspectivas em Políticas Públicas**, [S. l.], v. 14, n. 27, 2021. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/revistappp/article/view/5795>. Acesso em: 28 fev. 2024.

ECHALAR, A. D. L; PINHEIRO, R. M. De. S; QUEIROZ, J. R. De. O. As políticas públicas de livro didático no Brasil: editais do PNLD de Biologia em questão. **Educar em revista** – v. 37, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.81261> Acesso em: 07 mar. 2024.

FREIRE, P. **A educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015. 201p.

LIVRO didático: **tudo sobre este recurso didático**. E-docente, 2019. Disponível em: <https://www.edocente.com.br/livro-didatico-tudo-sobre-este-recurso-didatico/>. Acesso em: 28 fev. 2024.

MAZZI, F. P. R; SILVA, A. M. da. Os livros didáticos para o ensino das ciências humanas e sócias aplicadas. **Composição, Revista de Ciências Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul** – v. 3 n. 27, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/compcs/article/view/15424>. Acesso em: 28 fev. 2024.

MELLO, I. C. de; ROCHA, E. F. de. A política do PNLD sob a ótica de grupos econômicos: em foco, a produção de livros didáticos digitais de Química. **Revista da Sociedade Brasileira e do Ensino de Química**, Brasília, v. 01, n. 1, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/363061445_A_Politica_do_PNLD_sob_a_Otica_de_Grupos_Economicos_em_Foco_a_Producao_de_Livros_Didaticos_Digitais_de_Quimica.